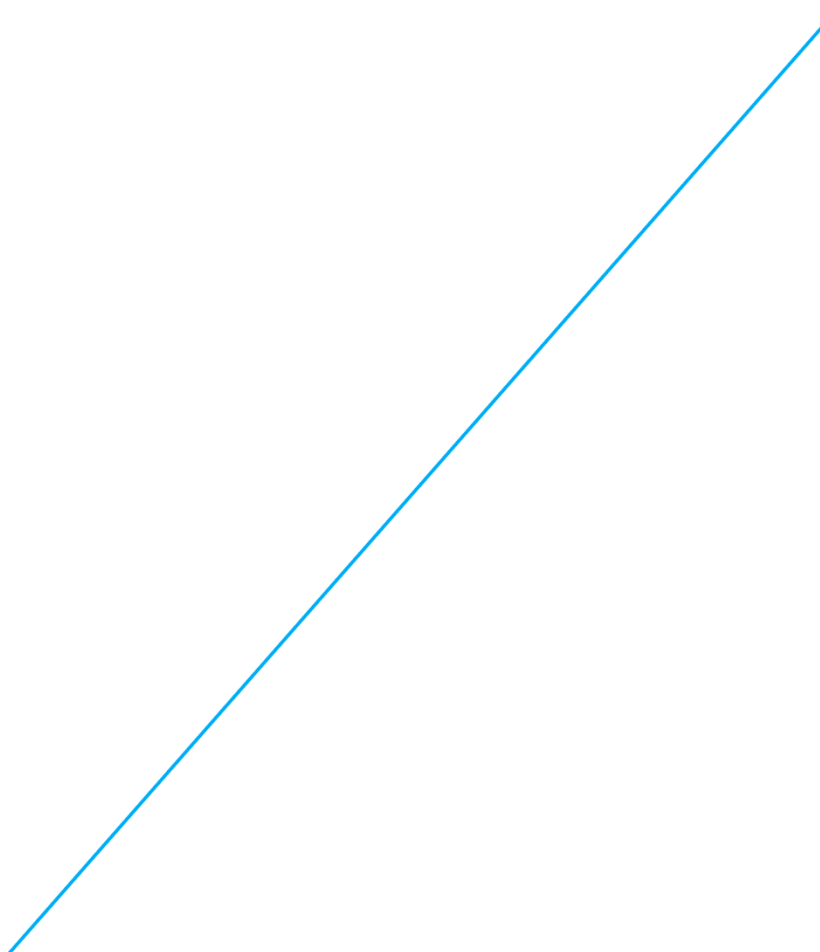


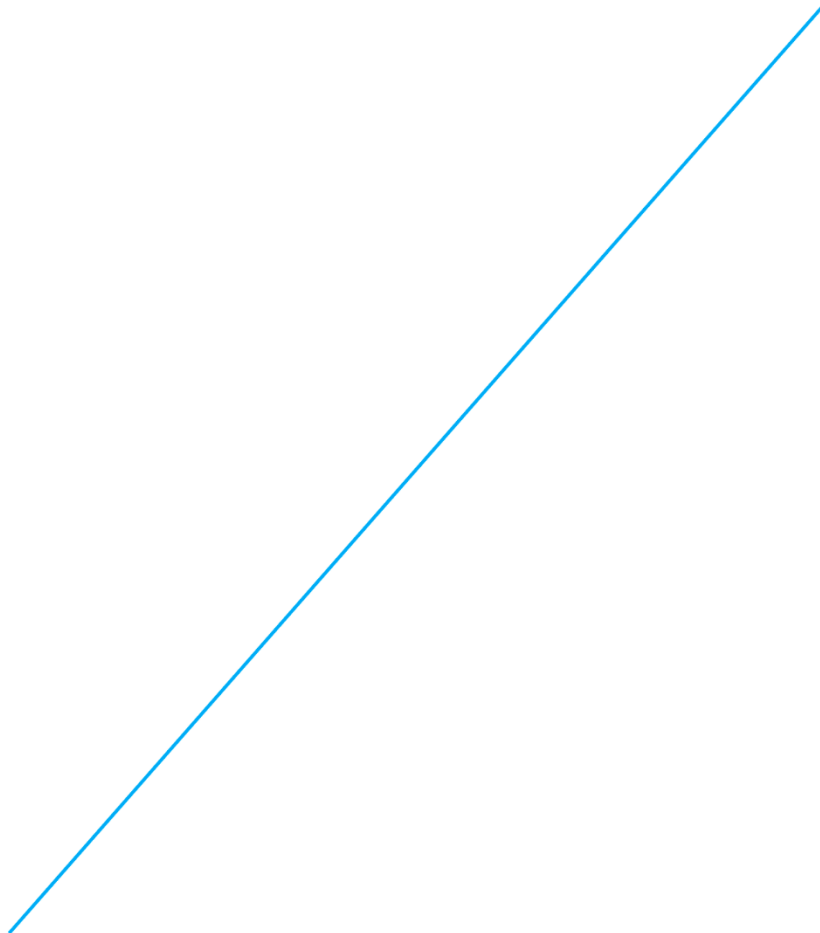
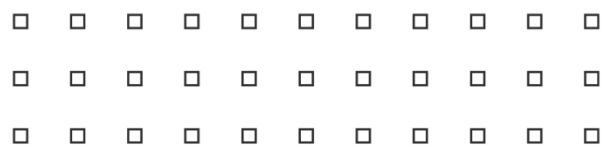


Brazilian Securities
Companhia de
Securitização



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2022





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO DE 2022

SENHORES ACIONISTAS,

A Administração da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("BS" ou "Companhia") submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As informações apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pela Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pela Comissão de Valores Mobiliários e demais normas estatutárias.

CENÁRIO ATUAL

A Brazilian Securities Companhia de Securitização é uma empresa controlada pelo Banco PAN S.A. ("Banco"), que detém 100% de seu capital total.

RESULTADOS

Benefício residual em operações securitizadas

Em 31 de dezembro de 2022, o resultado com benefício residual em operações securitizadas foi de R\$ 105 mil, frente aos R\$ 5,3 milhões de lucro de 31 de dezembro de 2021.

Resultado Líquido

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o lucro líquido acumulado foi de R\$ 18,5 milhões, frente ao lucro acumulado de R\$ 3,9 milhões em 31 de dezembro de 2021.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Brazilian Securities Companhia de Securitização totalizou R\$ 240,8 milhões em dezembro de 2022 e R\$ 226,7 milhões em dezembro de 2021.

Recebíveis Imobiliários

O saldo de recebíveis imobiliários totalizou R\$ 17,9 milhões em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 18,4 em 31 de dezembro de 2021.

O volume de carteiras securitizadas sem coobrigação em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$ 2.357,0 milhões (R\$ 2.644,7 milhões em 31 de dezembro de 2021), sendo que os respectivos Certificados de Recebíveis Imobiliários montaram R\$ 2.401,9 milhões em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 2.695,0 milhões em 31 de dezembro de 2021).

AUDITORES INDEPENDENTES

As Demonstrações Contábeis passaram a ser auditadas, a partir do 1º trimestre de 2019, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. ("PwC"). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, a Brazilian Securities, não contratou e nem teve serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. não relacionados à auditoria externa neste período. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

São Paulo, 31 de janeiro de 2023.

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	202	1.638
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado		229.458	208.090
Instrumentos de dívida	5.a	206.408	184.660
Recebíveis imobiliários	6	17.933	18.375
Benefício residual em operações securitizadas	27.a	4.561	4.493
Outros ativos financeiros	7	556	562
Outros ativos	8	3.037	2.342
Ativos não correntes mantidos para venda	9	5.629	6.025
Impostos		17.009	17.053
A compensar		13.507	13.315
Diferidos	10.a	3.502	3.738
TOTAL DO ATIVO		255.335	235.148

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Provisões	11	1.274	1.673
Passivos fiscais	12	7.277	2.547
Correntes		6.298	1.703
Diferidos	10.a	979	844
Outros passivos	13	5.952	4.189
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		240.832	226.739
Capital social	14	174.201	174.201
De domiciliados no País		174.201	174.201
Reservas de capital		17.048	17.048
Reservas de lucros		53.555	39.462
Ágio em transações de capital		(3.972)	(3.972)
TOTAL DO PASSIVO		255.335	235.148

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Resultado com juros e similares	15	23.378	7.609
Receitas com juros e similares		23.378	7.609
Perda no valor recuperável de ativos financeiros		(141)	(49)
Benefício residual em operações securitizadas	16	105	5.343
Outros ativos financeiros		23.342	12.903
Receitas de prestação de serviços	17	254	231
Despesas com pessoal	18	(592)	(1.253)
Outras despesas administrativas	19	(3.082)	(6.790)
Despesas tributárias	20	(1.337)	(1.562)
Provisões líquidas	21	(371)	(442)
Outras receitas/(despesas) operacionais	22	3.164	2.871
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda		605	(261)
Resultado antes dos tributos		21.983	5.696
Imposto de renda e contribuição social	10.e	(3.500)	(1.819)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(3.423)	(1.476)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(77)	(343)
LUCRO LÍQUIDO		18.483	3.877

**Lucro básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações
atribuível aos acionistas - R\$**

Lucro por ação ordinária	0,23737	0,04979
--------------------------	---------	---------

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido	18.483	3.877
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	18.483	3.877
Atribuível a:		
Acionistas controladores	18.483	3.877

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de Lucros		Ágio em transações de capital	Lucros acumulados	Total
			Legal	Para Integridade do Patrimônio Líquido			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	174.201	17.048	8.797	27.709	(3.972)	-	223.783
Lucro líquido	-	-	-	-	-	3.877	3.877
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	3.877	3.877
Destinações:							
Reserva de lucros (Nota 14.b)	-	-	194	2.762	-	(2.956)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	(921)	(921)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	174.201	17.048	8.991	30.471	(3.972)	-	226.739
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	174.201	17.048	8.991	30.471	(3.972)	-	226.739
Lucro líquido	-	-	-	-	-	18.483	18.483
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	18.483	18.483
Destinações:							
Reserva de lucros (Nota 14.b)	-	-	924	13.169	-	(14.093)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	(4.390)	(4.390)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	174.201	17.048	9.915	43.640	(3.972)	-	240.832

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
LUCRO LÍQUIDO		18.483	3.877
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:			
Provisão para desvalorização de ativos não correntes mantidos para venda		(265)	378
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda		(116)	(63)
Perda no valor recuperável de ativos financeiros		141	49
Constituição de provisões e passivos contingentes	21	371	442
Imposto de renda e contribuição social - diferido		77	343
Resultado líquido ajustado		18.691	5.026
Variação de Ativos e Passivos:			
(Aumento) em instrumentos de dívida		(22.845)	(7.191)
Redução em recebíveis imobiliários		301	1.839
(Aumento) em benefício residual em operações securitizadas		(67)	(606)
Redução/(Aumento) em outros ativos financeiros		6	(41)
(Aumento)/Redução em ativos fiscais		(192)	23.997
Redução em outros ativos		82	904
Aumento em passivos fiscais		10.212	1.800
(Redução) em outros passivos		(2.477)	(1.579)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.323)	(774)
CAIXA LÍQUIDO (USADO)/PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(1.612)	23.375
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Alienação de ativos financeiros ao custo amortizado		1.097	(23.352)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(USADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		1.097	(23.352)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Dividendos pagos		(921)	(335)
CAIXA LÍQUIDO (USADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(921)	(335)
(REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(1.436)	(312)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		1.638	1.950
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO		202	1.638
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA			
Juros recebidos		2.738	5.375

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
RECEITAS		26.994	15.301
Resultado com juros e similares	15	23.378	7.609
Perda no valor recuperável de ativos financeiros		(141)	(49)
Benefício residual em operações securitizadas	16	105	5.343
Prestação de serviços	17	254	231
Outras receitas/despesas		3.398	2.167
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	19	(3.082)	(6.790)
Serviços de terceiros		(1.465)	(3.870)
Outras		(1.617)	(2.920)
Imóveis retomados		(21)	(1.358)
Taxas e emolumentos		(189)	(676)
Serviços do sistema financeiro		(265)	(546)
Processamentos de dados		(206)	(169)
Propaganda, promoções e publicidade		(5)	(144)
Manutenção e conservação de bens		(752)	-
Outras		(179)	(27)
VALOR ADICIONADO BRUTO		23.912	8.511
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		23.912	8.511
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		23.912	8.511
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		23.912	8.511
Pessoal		517	1.172
Remuneração direta		419	850
Benefícios		74	90
FGTS		24	232
Impostos, taxas e contribuições		4.912	3.462
Federal		4.788	2.699
Municipal		124	763
Remuneração de capitais próprios		18.483	3.877
Lucros retidos		18.483	3.877

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

1) Contexto operacional

A Brazilian Securities Companhia de Securitização (BS, Companhia ou Instituição), controlada diretamente pelo Banco PAN S.A. (Banco PAN) tem como objeto social a aquisição de créditos imobiliários, hipotecários e do agronegócio, e, securitização por meio da emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) e de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs).

Os CRIs e os CRAs são emitidos sob o regime de patrimônio separado, no qual os recebíveis imobiliários e os recebíveis do agronegócio ficam excluídos do patrimônio líquido comum da Companhia, passando a constituir direitos patrimoniais em separado, com o objetivo específico de responder pela realização financeira dos direitos dos titulares dos CRIs e/ou dos CRAs.

2) Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que correspondem aos CPCs emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31/01/2023.

3) Principais práticas contábeis

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração destas demonstrações contábeis foram as seguintes:

a) Moeda funcional e moeda de apresentação:

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional da Companhia.

b) Definições, reconhecimento e classificação dos instrumentos financeiros:

• Definições e reconhecimento

- i. Instrumento financeiro: é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade.
- ii. Instrumento de patrimônio: é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.
- iii. Valor justo: valor pelo qual o instrumento financeiro poderia ser adquirido ou vendido por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado"). O instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis provenientes de negócio, negociante, corretor, grupo industrial, serviço de preços ou agência reguladora, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em base em que não exista relacionamento entre as partes.

O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em bolsa incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente. Se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.



- iv. Taxa efetiva: é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.
- v. Modelo de negócio: documento que demonstra como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir os objetivos da entidade. O modelo de negócio determina se os fluxos de caixa resultarão da obtenção dos fluxos de caixa contratados, venda do ativo financeiro ou ambos.
- vi. Fluxos de caixa contratuais que atendem o critério de principal e juros: são ativos financeiros compostos somente por principal e juros, onde o principal é o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, podendo mudar ao longo do tempo em função dos pagamentos, e o juros correspondem: valor do dinheiro no tempo (somente a compensação da passagem do tempo), risco do crédito associado ao valor do principal a receber, risco de liquidez, compensação custos administrativos e operacionais e margem de lucro.
- vii. Perda de crédito esperada: é a estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito, ou seja, o valor presente de todos os *déficits* de caixa, ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- viii. Reconhecimento: os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos quando, e somente quando, a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento e mensurados, inicialmente, ao valor justo, acrescido, no caso de item não mensurado ao valor justo, dos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

- **Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração**

Os ativos financeiros são classificados por três categorias:

- i. Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado: correspondem aos ativos que atendem ambas as seguintes condições:
 - mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo é manter o ativo financeiro com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
 - os termos contratuais do ativo financeiro correspondem, a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- ii. Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: correspondem aos ativos que atendem ambas as seguintes condições:
 - mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
 - os termos contratuais do ativo financeiro correspondem, a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- iii. Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado: correspondem aos ativos que atendem uma das seguintes condições:
 - ativos financeiros que não atendem as condições de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou

- escolha irrevogável, dos ativos que atendem as exigências de mensuração ao custo amortizado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no reconhecimento inicial, com o propósito de eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento.

No reconhecimento inicial de um instrumento de capital não mantido para negociação, a instituição pode optar de maneira irrevogável por apresentar alterações subsequentes do valor justo por meio de "Outros resultados abrangentes". Esta opção é feita considerando cada investimento individualmente e não foi utilizada.

- **Desdobramento dos ativos financeiros para fins de apresentação**

- i. Caixa e equivalentes de caixa: saldos de caixa e de depósitos à vista;
- ii. Instrumentos de dívida: títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural;
- iii. Instrumentos de patrimônio: instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações e quotas de fundos de investimento imobiliário, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades ou fundos controlados ou coligados; e
- iv. Outros empréstimos e recebíveis: referem-se basicamente a saldos a receber junto a "Clientes" e entidades não consideradas como "Instituições Financeiras".

- **Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração**

Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto:

- i. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo.
- ii. Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável.
- iii. Contratos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:
 - o valor da provisão para perdas; e
 - o valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido de acordo com os princípios do CPC 47.
- iv. Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado. São mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:
 - o valor da provisão para perdas; e
 - o valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido.

c) Mensuração dos ativos e passivos financeiros:

- **Mensuração dos ativos financeiros**

- i. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: são mensurados ao valor justo, as receitas de juros são calculadas pelo método de juros efetivos e reconhecidas no resultado. Os resultados decorrentes das alterações no valor justo são reconhecidos no resultado.

- ii. Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: são mensurados ao valor justo, as receitas de juros são calculadas pelo método de juros efetivos e reconhecidas no resultado. Os resultados decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizados em outros resultados abrangentes, e acumulados na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido.
- iii. Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação, reduzidos pelas amortizações e provisões para perdas esperadas, sendo as receitas de juros calculadas pelo método de juros efetivo e reconhecidas no resultado do período.

- **Mensuração dos passivos financeiros**

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos nas rubricas "Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado", "Contratos de Garantia" e "Compromissos de conceder empréstimos", os quais mensurados conforme mencionado anteriormente.

- **Técnicas de avaliação**

Na ausência de cotações públicas, a Administração, por meio de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis (Preços cotados em mercados não ativos ou por instrumentos similares).

d) Baixa de ativos e passivos financeiros:

- **Ativos financeiros**

Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando:

A instituição não tiver expectativas razoáveis de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele; ou

A instituição transfere o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou reter os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se: (a) a instituição transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo.

- **Passivos financeiros**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

e) Redução ao valor recuperável:

A provisão para redução ao valor recuperável é a diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos e todos os fluxos de caixa que esperamos receber, descontados a taxa de juros efetiva original ou a taxa de juros efetiva ajustada ao crédito para ativos financeiros comprados ou concedidos com problemas de recuperação de crédito.

Os fluxos de caixa estimados, levam em consideração todos os termos contratuais do instrumento financeiro (pagamentos antecipados, extensão, opção de compra e similares) ao longo da vida esperada desse instrumento. Também são incluídos ao fluxo de caixa venda de garantia detida e outras melhorias de crédito que forem parte integrante dos termos contratuais. Nos casos que não forem possíveis estimar, de

forma confiável, a vida esperada do instrumento, a entidade utiliza o termo contratual remanescente do instrumento financeiro.

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, recebíveis de arrendamento, ativos contratuais no escopo do CPC 47, compromisso de empréstimos e contratos de garantia financeira.

As provisões para perdas de crédito esperadas são mensuradas como:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses – corresponde a parte das perdas de crédito esperadas para a vida inteira que resultarão de eventos de inadimplência no instrumento financeiro possíveis em doze meses após a data do exercício.
- Perdas de crédito esperadas para a vida útil - são as perdas de crédito esperadas que resultam em todos os eventos possíveis de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

f) Reconhecimento de receitas e despesas:

As receitas e despesas são apropriadas ao resultado segundo regime contábil de competência.

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas somente quando as obrigações de desempenhos (serviços) foram cumpridas.

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros são reconhecidas dentro de "receitas de juros e similares" e "despesas de juros e similares" na demonstração do resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Ao calcular a taxa efetiva de juros, a Companhia estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras.

g) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 9%.

h) Lucro básico e diluído por ação:

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo da Companhia pela quantidade média das ações ordinárias existentes ao longo do exercício. A diferença apresentada entre o lucro básico e o diluído refere-se à contemplação de ações potenciais com efeito de diluição. As informações sobre essas potenciais ações estão sendo divulgadas na nota 14.d.

i) Estimativas e julgamentos contábeis críticos:

A Companhia efetua estimativas e julgamentos contábeis, com base em premissas, que podem, no futuro, não ser exatamente iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e julgamentos que, na opinião da Administração, podem ser consideradas mais relevantes, e podem sofrer variação no futuro, acarretando em eventuais impactos em ativos e passivos da Companhia, estão descritas a seguir:

- Valor justo dos instrumentos financeiros: O valor justo dos instrumentos financeiros que não possuem suas cotações disponíveis ao mercado, por exemplo, por Bolsa de Valores, são mensurados mediante a utilização de técnicas de avaliação, sendo considerados métodos e premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado e, também, nas informações disponíveis, na data das demonstrações contábeis. As políticas contábeis descritas nas notas 3.b e 3.c apresentam, respectivamente, informações detalhadas sobre "definições e classificação dos instrumentos

financeiros" e "mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo";

- Constituição de créditos tributários: De acordo com as informações divulgadas na nota 3.g, a Companhia reconhece impostos diferidos sobre diferenças temporárias e, também, sobre saldos de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social. Referido reconhecimento ocorre somente na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação desses créditos tributários. Para tanto, a Companhia utiliza projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos. A nota 10 apresenta informações detalhadas sobre impostos diferidos, bem como a expectativa de prazo para suas realizações; e
- Baixa de ativos financeiros: de acordo com a informação divulgada na nota 6.a, os recebíveis imobiliários, lastros de operações securitizadas sem cláusula de coobrigação, são baixados quando da emissão dos respectivos CRIs e os eventuais benefícios residuais são reconhecidos de acordo com o exercício de competência.

j) Eventos Subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de sua aprovação pelos Órgãos da administração. São divididos em:

- eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos bancários	202	1.638
Total	202	1.638

5) Instrumentos de dívida:

a) Composição e prazos:

		31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado			
Certificado de Depósito Bancário – CDB	Livres	204.375	183.567
Certificado de Depósito Bancário – CDB (I)	Vinculados	2.033	1.093
Total		206.408	184.660

(I) Inclui, (i) em 31/12/2022, R\$ 43 (31/12/2021 - R\$ 39) vinculados ao pagamento de carteiras de recebíveis adquiridas e cobertura de inadimplências, R\$ 1.990 (31/12/2021 - R\$ 1.054) refere-se ao repasse à proprietários de terrenos vinculados aos créditos registrados nos patrimônios separados.

b) Prazo de vencimento:

	31/12/2022	31/12/2021
Até 360 dias	115.663	11.237
Acima de 360 dias	90.745	173.423
Total	206.408	184.660

c) Variações:

“Instrumentos de dívida – Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado”:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo do início do exercício	184.660	154.117
Adições (alienações) líquidas	(1.097)	23.352
Juros	22.845	7.191
Saldo do final do exercício	206.408	184.660

6) Recebíveis imobiliários**a) Composição:**

Compreendem carteiras de financiamentos imobiliários adquiridas pela BS, não utilizados como lastro para emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

				31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Vencimento final	Indexadores	Juros % ao ano		
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI – BS (1)	15/11/2034	INCC/IGPM /Poupança /CDI e sem Correção Monetária	até 14,24%	37.034	37.412
Saldo do final do exercício				37.034	37.412

(1) Em 31/12/2022, possui saldo de provisão para perdas no montante de R\$ 19.101 (R\$ 19.037 - 31/12/2021).

7) Outros ativos financeiros

	31/12/2022	31/12/2021
Recebíveis por venda de BNDU	76	82
Transações pendentes de liquidação (1)	480	480
Total	556	562

(1) Correspondem a valores a receber de transferência de recursos alocados temporariamente em operações de securitização para cobertura de rating.

8) Outros ativos

	31/12/2022	31/12/2021
Devedores diversos – País	1.620	1.058
Depósitos judiciais e fiscais	1.177	1.230
Valores a receber de sociedades ligadas	240	54
Total	3.037	2.342

9) Ativos não correntes mantidos para venda

	31/12/2022	31/12/2021
Imóveis	5.924	6.661
Provisão para perda ao valor recuperável	(295)	(636)
Total	5.629	6.025

10) Créditos tributários e passivos fiscais

a) Composição de créditos tributários e passivos fiscais:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Provisão para perda de crédito esperada	2.903	2.879
Provisão para contingências cíveis	433	568
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	110	226
Outras provisões	56	65
Sobre diferenças temporárias	3.502	3.738
Total do ativo	3.502	3.738

	31/12/2022	31/12/2021
Passivo		
Provisão para impostos e contribuições diferidos	(979)	(844)
Total do passivo	(979)	(844)

b) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:

	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2022
Provisão para perda de crédito esperada	2.879	48	(24)	2.903
Provisão para contingências cíveis	568	434	(570)	432
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	226	85	(201)	110
Outras provisões	65	86	(94)	57
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	3.738	653	(889)	3.502
Obrigações fiscais diferidas	(844)	(135)	-	(979)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	2.894	518	(889)	2.523

c) Passivo diferido:

	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2022
Amortização do ágio	(844)	(135)	-	(979)
Total	(844)	(135)	-	(979)

d) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2022, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. A referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foi aprovada, pelo Conselho de Administração do Banco PAN S.A., em 26/07/2022.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias forem revertidas ou se enquadrarem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito, forem compensados. Para tanto, a Companhia adotou critérios previstos no CPC 32, aprovado pela Deliberação CVM nº 599/2009 e a Instrução CVM nº 371/2002, no que a regra anterior não conflite com a norma posterior.

Apresentamos a seguir a estimativa de realização desses créditos:

Ano	Diferenças temporárias	
	31/12/2022	31/12/2021
2022	-	967
2023	782	411
2024	642	411
2025	558	510
De 2026 a 2029	1.520	1.439
Total	3.502	3.738

Em 31/12/2022, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco PAN, totalizava R\$ 2.304 (31/12/2021 - R\$ 2.472).

e) Encargos com imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	21.983	5.696
Alíquota efetiva	34%	34%
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social	(7.474)	(1.937)
Outros valores (1)	3.974	118
Imposto de renda e contribuição social	(3.500)	(1.819)

(1) Reconhecimento de IRPJ e CSLL a recuperar sobre atualização monetária pela taxa SELIC de indêbitos tributários referente aos anos de 2016 a 2020 (Tema 962 do STF).

11) Provisões

Em 31/12/2022 e 31/12/2021, a Companhia possui registradas provisões cuja probabilidade de perda é provável, conforme demonstrado a seguir:

a) Composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Processos cíveis	1.273	1.672
Processos tributários	1	1
Total	1.274	1.673

b) Variações:

	Cíveis (1)	Tributários	Total
Saldo em 31/12/2021	1.672	1	1.673
Constituição líquida de reversão	371	-	371
Baixas por pagamento	(770)	-	(770)
Saldo em 31/12/2022	1.273	1	1.274

(1) Refere-se a processos, os quais os autores pleiteiam substancialmente revisão de contrato de compra e venda de imóvel.

12) Passivos fiscais

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	6.106	1.566
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 10.a)	979	844
COFINS a recolher	111	71
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	44	38
Impostos e contribuições sobre salários	19	17
PIS a recolher	18	11
Total	7.277	2.547

13) Outros passivos

	31/12/2022	31/12/2021
Dividendos a pagar	4.390	921
Obrigações por aquisições de recebíveis	677	677
Valores a repassar	544	973
Provisão para participação nos lucros	127	130
Valores a pagar a sociedades ligadas	77	1.067
Outros	137	421
Total	5.952	4.189

14) Patrimônio líquido**a) Composição do capital social em quantidade de ações:**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 174.201 em 31/12/2022 e 31/12/2021, e encontra-se dividido em ações ordinárias nominativas escriturais e, sem valor nominal, conforme descrito no quadro abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Ordinárias	77.864.966	77.864.966
Total	77.864.966	77.864.966

b) Reservas de lucros:

Reserva legal – Nos termos do estatuto social da BS, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destacada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. Nos termos do artigo 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, a BS poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva para integridade do patrimônio líquido – Tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do capital autorizado, poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

c) Dividendos:

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual, nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76, atualizada pela Lei nº 11.638/07.

d) Lucro básico e diluído por ação:

O lucro por ação básico foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, e está demonstrado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	18.483	3.877
Quantidade ponderada de ações ordinárias em circulação	77.864.966	77.864.966
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Companhia - em R\$	0,23737	0,04979

15) Resultado com juros e similares

	31/12/2022	31/12/2021
Rendas com instrumentos de dívida	22.850	7.191
Recebíveis imobiliários	528	418
Total	23.378	7.609

16) Benefício residual em operações securitizadas

Inclui resultados gerados pela variação dos saldos dos patrimônios separados, líquidos de eventuais garantias prestadas, das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora, no momento de extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários e do agronegócio. Em 31/12/2022 foi apurado um resultado de R\$ 105 (31/12/2021 - R\$ 5.343).

17) Receitas de prestação de serviços

Refere-se a receitas geradas pela prestação de serviços de Assessoria Técnica. No exercício findo em 31/12/2022 o total de receita reconhecido foi de R\$ 254 (31/12/2021 - R\$ 231).

18) Despesas de pessoal

	31/12/2022	31/12/2021
Proventos	(419)	(850)
Encargos Sociais	(99)	(313)
Benefícios	(74)	(90)
Total	(592)	(1.253)

19) Outras despesas administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de terceiros	(1.465)	(3.870)
Manutenção e conservação de bens	(752)	-
Serviços do sistema financeiro	(265)	(546)
Processamentos de dados	(206)	(169)
Taxas e emolumentos	(189)	(676)
Imóveis Retomados	(21)	(1.358)
Propaganda, promoções e publicidade	(5)	(144)
Outras	(179)	(27)
Total	(3.082)	(6.790)

20) Despesas tributárias

	31/12/2022	31/12/2021
Contribuição à COFINS	(1.039)	(632)
Contribuição ao PIS	(169)	(103)
IPTU/ ITBI	(111)	(751)
Imposto sobre serviços	(13)	(11)
IOF	(5)	(65)
Total	(1.337)	(1.562)

21) Provisões líquidas

	31/12/2022	31/12/2021
(Provisão)/reversão de processos cíveis	(370)	(442)
(Provisão)/reversão de processos trabalhistas	(1)	-
Total	(371)	(442)

22) Outras receitas/(despesas) operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Variação monetária	1.557	902
Recuperação de encargos e despesas	489	412
Outras	1.118	1.557
Total	3.164	2.871

23) Saldos e transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Prazo Máximo	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades		4	7	-	-
Banco PAN S.A.	Sem prazo	4	7	-	-
Certificados de depósito bancário – CDB		204.375	183.567	22.640	7.145
Banco PAN S.A.	08/12/2025	204.375	183.567	22.640	7.145
Valores a receber		240	54	-	-
Banco PAN S.A.	Sem prazo	240	54	-	-
Dividendos a pagar		(4.390)	(921)	-	-
Banco PAN S.A.	31/12/2023	(4.390)	(921)	-	-
Outras obrigações		(77)	(1.067)	-	-
Banco PAN S.A.	Sem prazo	(77)	(1.067)	-	-

24) Instrumentos financeiros

• Gestão de riscos

A Brazilian Securities possui exposição em ativos e passivos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração, é da Diretoria de Controladoria e Compliance, que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

• Gestão do capital

A Brazilian Securities considera a gestão de capital como um processo estratégico que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da Instituição e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo órgão regulador.

A estrutura de gerenciamento de capital da Brazilian Securities é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos.

• Risco de mercado

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas das demonstrações da organização. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

As operações estão expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial e seu respectivo *spot*, taxa de juros vinculada aos índices de preço (INPC, INCC, IPCA e IGPM), além de outras taxas de juros (TR), à variação cambial (US\$) e variações dos preços de ações.

Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Carteira *Banking*: todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da organização e seus eventuais *hedges*.

Análise de sensibilidade em 31/12/2022

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading</i> e <i>Banking</i> Exposições sujeitas a variação	Cenários		
		(I) Provável	(II) Possível	(III) Remoto
Cupom de índices de preços	Taxas dos cupons de índices de preços	(1)	(211)	(402)
Cupom de outras taxas de juros	Taxas dos cupons de outras taxas de juros	-	(2)	(5)
Total em 31/12/2022		(1)	(213)	(407)
Total em 31/12/2021		(2)	(181)	(344)

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de dezembro de 2022, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano, torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano, torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano, torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 50% sobre o preço vigente.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de *stress*, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência, e também, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.

• Risco de liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

A Brazilian Securities mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida e as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resolução nº 4.557/17). Os resultados das análises dos *gaps* de Liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.

Exposição ao risco de liquidez

Em atendimento ao CPC 40 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, apresentamos a seguir a composição dos instrumentos financeiros, dos saldos de caixa e equivalente de caixa, bem como do correspondente intervalo de liquidez dos referidos ativos e passivos, de acordo com as faixas de vencimento.

	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Ativo:						
Instrumentos de dívida	-	126.557	109.641	-	-	236.198
Recebíveis imobiliários	143	415	1.114	888	3.502	6.062
Total	143	126.972	110.755	888	3.502	242.260

É importante ressaltar que o intervalo de liquidez apresentado, em atendimento ao referido CPC, inclui somente os saldos dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) e caixa e equivalentes de caixa. Portanto, não estão apresentados no quadro anterior os saldos de demais componentes do ativo e passivo, como por exemplo, outros ativos e outras obrigações - diversos, créditos tributários e passivos fiscais, e, também, outros ativos não circulantes (investimentos em companhias e fundos controlados e imobilizado). Adicionalmente, também é de fundamental relevância destacar que a posição de liquidez apresentada trata-se de uma posição estática em 31/12/2022, a partir dos fluxos de vencimentos originais de cada operação.

Enfim, não reflete mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado e, também, pelas operações e estratégias que foram ou possam vir a ser realizadas pela Companhia.

• Risco operacional

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as

sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional é composta pelas diversas áreas e comitês do Conglomerado que participam do processo de gerenciamento do risco operacional e legal, com seus respectivos papéis e responsabilidades, e que prezam pela segregação de funções, pela busca de sinergia entre as unidades, eficiência, eficácia e efetividade dos processos, além do respeito aos limites e apetite aos riscos definidos pela administração do Conglomerado.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.930/19, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancopan.com.br/ri Relatório de Gerenciamento de Riscos.

25) Eventos subsequentes

Não houve evento subsequente passível de divulgação, no âmbito do CPC 24.

26) Outras informações

O Grupo PAN, desde o início da pandemia do coronavírus ([COVID-19](#)), adotou medidas para minimizar seus impactos, considerando a continuidade e sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes. O bem-estar dos nossos clientes, parceiros, colaboradores e fornecedores é prioridade e a Administração segue atenta a eventuais novos desdobramentos da pandemia, atuando de forma tempestiva em conjunto com a sociedade para mitigar os seus efeitos.

27) Informações sobre operações securitizadas

a) Certificados de recebíveis imobiliários – CRIs:

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	3.348	2.128
Aplicações financeiras	12.403	20.295
Recebíveis imobiliários	2.357.049	2.644.663
Outros ativos	41.498	39.773
Total do Ativo	2.414.298	2.706.859
Certificados de recebíveis imobiliários (1)	2.401.885	2.695.028
Outros passivos	7.852	7.338
Total do Passivo	2.409.737	2.702.366
Total do Benefício Residual em Operações Securitizadas (2)	4.561	4.493

(1) Os certificados de recebíveis imobiliários são atualizados pelo IGPM, IPCA, TR e Poupança ou não possuem indexador de atualização, adicionados de taxas de juros que variam de 3,0687% ao ano a 77,5036% ao ano (31/12/2021 0,01 % ao ano a 77,50% ao ano) e também são atualizados por 100% do CDI, adicionados a taxas de juros que variam de 1,40% ao ano a 2,80% ao ano, e com vencimento até 01/07/2043; e

(2) Benefício residual em operações securitizadas corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

b) Certificados de recebíveis do agronegócio – CRAs:

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	2	69
Aplicações financeiras	106	-
Recebíveis do agronegócio	437.866	389.809
Total do Ativo	437.974	389.878
Certificados de recebíveis do agronegócio (1)	437.962	389.873
Valores a pagar cedente/emissora	12	5
Total do Passivo	437.974	389.878

(1) Os certificados de recebíveis do agronegócio são atualizados a 100% do CDI, com vencimento até 14/07/2023.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria da Brazilian Securities Companhia de Securitização declara que discutiu, reviu e concordou com as Demonstrações Contábeis ao exercício findo em 31/12/2022.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria da Brazilian Securities Companhia de Securitização declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes referente às Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2022.



São Paulo, 31 de janeiro de 2023.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Eduardo Pereira Guimarães

Diogo Ciuffo da Silva

Alex Sander Moreira Gonçalves

DIRETORIA

Carlos Eduardo Pereira Guimarães

Dermeval Bicalho Carvalho

CONTADOR

Rodney Fabiano Fernandes

CRC 1SP270936/O-7

Brazilian Securities Companhia de Securitização

***Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
Brazilian Securities Companhia de Securitização

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

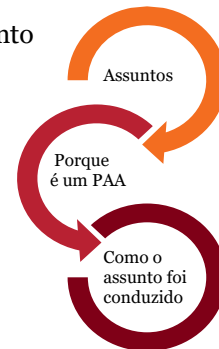
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brazilian Securities Companhia de Securitização em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Nossa auditoria em 2022 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, o Principal Assunto de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados aqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Instrumentos de dívida (Notas explicativas 3b e 5(a))	
A Companhia possui certificados de depósitos bancários (CDB) mensurados ao custo amortizado.	Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram, entre outros:
A apropriação dos rendimentos dos certificados de depósitos bancários considera as taxas de remuneração estabelecidas nas datas da contratação.	Em base amostral, realizamos o recálculo da apropriação dos rendimentos dos certificados de depósitos bancários com base nas taxas de remuneração estabelecidas nas datas de contratação.
Esses instrumentos de dívida estão custodiados na Central de Custódia e Liquidação de Títulos Privados (CETIP).	Realizamos o teste sobre a existência desses certificados de depósitos bancários com as informações do órgão custodiante e consistimos os dados divulgados nas demonstrações contábeis com as informações obtidas durante o processo de auditoria.
Considerando a relevância dessas operações no contexto da Companhia, a apropriada valorização e existência dessas operações foram consideradas áreas de foco em nossa auditoria.	Consideramos que as evidências de auditoria são apropriadas e suficientes em relação a mensuração e existência dessas operações.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia

Brazilian Securities Companhia de Securitização

de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não

Brazilian Securities Companhia de Securitização

deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
2SP000160/O-5

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Contadora CRC 1SP245281/O-6CRC